

**Notas explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em Reais)**

I. BALANÇO PATRIMONIAL

	2017	2016
ATIVO		
Circulante	8.112.231,10	8.141.489,24
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3)	6.349.773,04	6.325.671,71
Caixa	1.033,65	1.201,11
Banco C/Movimento	344,66	0,00
Aplicações Financeiras	6.348.394,73	6.324.470,60
Créditos a Receber	1.761.911,02	1.815.817,53
Mensalidades de Terceiros (Nota 4)	968.630,26	1.070.141,58
Adiantamentos a Empregados (Nota 5)	78.313,98	121.224,74
Cauções	201.915,00	201.915,00
Despesas Antecipadas (Nota 7)	0,00	0,00
Adiantamento de Impostos	13.051,78	22.536,21
Créditos Convênios/Projetos (Nota 6)	500.000,00	400.000,00
Estoques	0,00	0,00
Não Circulante	711.374,02	768.036,57
Realizável a Longo Prazo		
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado (Nota 8)	677.354,02	731.438,31
Bens sem Restrição	1.522.336,16	1.473.392,16
(-) Depreciação Acumulada	(844.981,60)	(741.953,85)
Intangível (Nota 8)	34.019,46	36.598,26
Direitos de Uso de Softwares	174.765,37	166.334,61
Marcas	10.355,00	10.355,00
(-) Amortização Acumulada	(151.100,91)	(140.091,35)
TOTAL DO ATIVO	8.823.605,12	8.909.525,81
PASSIVO		
Circulante	2.866.290,11	2.684.735,07
Fornecedores de bens e serviços	147.625,86	75.650,63
Obrigações com Empregados (Nota 9)	916.485,66	851.978,94
Obrigações Tributárias (Nota 10)	1.392,14	3.497,82
Recursos de Convênios/Projetos em Execução (Nota 11)	1.800.786,45	1.753.607,68
Não Circulante	0,00	0,00
Patrimônio Social (Nota 12)	5.957.315,01	6.224.790,74
Patrimônio Social	5.957.315,01	6.224.790,74
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL	8.823.605,12	8.909.525,81

II. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS		
Com Restrição	2.441.400,57	2.611.357,02
Receitas com Convênios/Carta Acordo	2.441.400,57	2.611.357,02
Sem Restrição	12.229.477,21	11.409.158,88
Receitas de Contribuições das SES (Nota 13)	12.229.477,21	11.409.158,88
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Com Programas (Atividades)		
RESULTADO BRUTO	14.670.877,78	14.020.515,90
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas	12.876.179,85	11.712.506,86
Salários	7.673.973,81	6.997.246,99
Encargos Sociais	2.268.588,02	2.064.601,97
Despesas de Manutenção	370.192,11	401.688,44
Aluguéis	972.604,67	936.741,17
Serviços Gerais	1.476.783,93	1.180.247,42
Depreciação e Amortização	114.037,31	131.980,87
Despesas Com Restrição	2.441.400,57	2.611.357,02
Despesas com Convênios/Carta Acordo (Nota 14)	2.441.400,57	2.611.357,02
Despesas Financeiras (Nota 15)	14.492,04	14.686,75
(-) Receitas Financeiras (Nota 16)	(498.254,42)	(717.058,21)
Despesas Tributárias (Nota 17)	104.535,47	130.264,27
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)		
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	0,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	(267.475,73)	268.759,21

III. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO DIRETO

Valores expressos em Reais (R\$)

	Periodo de 01/01/2017 a 31/12/2017	Periodo de 01/01/2016 a 31/12/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(416.778,33)	(119.909,34)
RECEBIMENTO DE CLIENTES	12.330.988,53	13.844.534,66
CONTRIBUIÇÕES	12.229.477,21	11.409.158,88
ANTERIOR TÍTULOS A RECEBER	1.070.141,58	891.074,07
ATUAL TÍTULOS A RECEBER	(968.630,26)	(1.070.141,58)
RECEITA CONVENIO	0,00	2.614.443,29
PAGAMENTOS A FORNECEDORES, EMPREGADOS E TRIBUTOS	(12.747.766,86)	(13.963.781,08)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(416.778,33)	(119.246,42)
JUROS PAGOS	0,00	(662,92)
1. CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(416.778,33)	(119.909,34)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	440.879,66	736.300,30
COMPRA DE ATIVO IMOBILIZADO	(57.374,76)	(192.333,45)
RECEBIMENTO PELA VENDA DE EQUIPAMENTO	0,00	210.911,24
JUROS RECEBIDOS	498.254,42	717.722,51
2. CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	440.879,66	736.300,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
3. CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
AUMENTO LQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)	24.101,33	616.390,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INICIO DO PERÍODO	6.325.671,71	5.709.280,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	6.349.773,04	6.325.671,71

IV. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	PATRIMONIO SOCIAL	RESERVA DE DOAÇÕES	RESULTADO DO EXERCÍCIO	Total
Saldos em 31.12.2015				5.956.031,53
Ajuste Exerc. Anterior	-	-	-	-
Doação de Bens Patrimoniais	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	268.759,21	268.759,21
Transferência p/ Patrimônio Social	268.759,21	-	(268.759,21)	-
Saldos em 31.12.2016				6.224.790,74
Ajuste Exerc. Anterior	-	-	-	-
Doação de Bens Patrimoniais	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	(267.475,73)	(267.475,73)
Transferência p/ Patrimônio Social	(267.475,73)	-	267.475,73	-
Saldos em 31.12.2017				5.957.315,01

NOTAS EXPLICATIVAS

A presente Nota Explicativa compõe o conjunto completo das Demonstrações Contábeis e tem o objetivo de: (i) apresentar informações acerca da base para a elaboração de toda as Demonstrações; (ii) divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações que não tenha sido apresentada nas Demonstrações e, (iii) prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações, mas que seja relevante para sua compreensão.

Sua formatação obedece às normas de estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 00 de 15/12/2011, fazendo referência cruzada com os principais itens das Demonstrações Contábeis apresentados nos itens I a IV.

1 Contexto operacional

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que se pauta pelos princípios que regem o direito público, constituída em 03 de fevereiro de 1982 com o objetivo principal de representar as Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal. O CONASS foi reconhecido como entidade de representação dos Secretários de Saúde dos Estados nos fóruns de deliberação do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme consta no §3º do artigo 1º da Lei 8.142 de 28/12/90 e no artigo 2º do Decreto 99.438 de 07/08/90, como decorrência da gestão compartilhada entre os três entes federativos na forma de organização do SUS.

2 Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das principais práticas contábeis

Na preparação de suas demonstrações financeiras, o CONASS adotou o pronunciamento técnico CPC-PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - aplicável às pequenas e médias empresas, o qual, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como a Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012.

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, ressaltam-se:

- a) Caixa e equivalente de caixa: referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.
- b) Estimativas contábeis: a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CONASS faça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis.
- c) Instrumentos financeiros básicos: instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.
- d) Contribuições das Secretárias de Estado da Saúde: Estão avaliadas pelo valor a receber das Secretárias de acordo com as condições descritas no Estatuto do CONASS.
- e) Demais ativos circulantes e não circulantes: são demonstrados ao custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias, que não excedem ao valor de realização.

NOTAS EXPLICATIVAS

f) Imobilizado: estão demonstrados pelo custo de aquisição, formação e/ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando taxas baseadas em estudos realizados por Empresa especializada.

g) Convênios a realizar: os valores de contratos de projetos são mantidos em contas bancárias específicas para cada projeto em contrapartida de “Convênios a Realizar”, no passivo. A apropriação dos valores ao resultado ocorre na proporção da execução dos respectivos projetos.

h) Passivos circulantes e não circulantes: provisões para obrigações sociais e fiscais - Constituídas e apropriadas ao resultado em regime de competência, principalmente para suprir compromissos com férias vencidas e proporcionais, encargos sociais e outras obrigações trabalhistas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, bancos, aplicações e fundos de investimentos de liquidez imediata e são demonstrados ao custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço.

Os recursos sem restrições são recursos próprios da Instituição, oriundos das receitas de contribuições das SES, enquanto os recursos com restrições referem a valores recebidos através de Convênios e Projetos (Cartas Acordo OPAS) a serem aplicados nos objetos específicos conveniados entre as partes.

O saldo dessa conta no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens da demonstração da posição financeira, como demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	<u>1.033,65</u>	<u>1.201,11</u>
Banco Contas Movimento - sem restrição	344,66	0,00
Banco Contas Movimento - com restrição	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	344,66	0,00
Aplicação Financeiras - sem restrição	4.547.608,28	4.570.862,92
Aplicação Financeiras - com restrição	<u>1.800.786,45</u>	<u>1.753.607,68</u>
	6.348.394,73	6.324.470,60

As aplicações financeiras mantidas junto a instituição financeira de primeira linha são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4 Créditos a Receber

Refere-se a contribuições institucionais obrigatórias das Secretarias Estaduais de Saúde ao CONASS devidas na competência dezembro:

NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AC	22.850,29	21.317,56
AL	22.850,29	21.317,56
AM	27.420,36	25.581,08
AP	22.850,29	21.317,56
BA	63.980,82	59.689,17
CE	45.700,59	42.635,12
DF	45.700,59	42.635,12
ES	45.700,59	42.635,12
GO	27.420,36	25.581,08
MA	27.420,36	25.581,08
MG	63.980,82	59.689,17
MS	22.850,29	21.317,56
MT	27.420,36	25.581,08
PA	22.850,29	21.317,56
PB	27.420,36	25.581,08
PE	63.980,82	59.689,17
PI	27.420,36	25.581,08
PR	63.980,82	59.689,17
RJ	63.980,82	59.689,17
RN	22.850,29	21.317,56
RO	22.850,29	21.317,56
RR	31.768,21	17.054,05
RS	63.980,82	59.689,17
SC	45.700,59	42.635,12
SE	22.850,29	21.317,56
TO	22.850,29	21.317,56
SP	0,00	179.067,51
Total	968.630,26	1.070.141,58

Ainda, a título de informação, registramos que a Portaria GM/MS 1.752 de 13 de Julho de 2017 regulamentou a transferência de recursos do Orçamento Geral da União - OGU por meio do Fundo Nacional de Saúde - FNS ao CONASS, para auxílio no custeio de suas despesas institucionais nos termos do §1º do artigo 14-B da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, acrescido pela Lei nº 12.466, de 24 de agosto de 2011.

A transferência da União dar-se-á em valores nominais, consignados em dotação global do OGU e em créditos adicionais, por meio do FNS, como despesa obrigatória, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões), destinados ao cumprimento do Programa Anual de Atividades que tem por finalidade demonstrar o auxílio da União no custeio das despesas institucionais do CONASS. Tais valores serão reajustados, minimamente, nos exercícios subsequentes, conforme as regras aplicáveis ao OGU, atualmente novo regime fiscal.

O Programa Anual de Atividades foi apresentado no exercício de 2017 e o repasse deverá ser realizado no mês de Janeiro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS

5 Adiantamentos a Empregados

São representados por créditos referentes a adiantamentos a empregado que referem a salários, férias e 13º salários, assim discriminados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Adiantamentos de Salários	0,00	0,00
Adiantamentos de Férias	78.313,98	121.224,74
Total	78.313,98	121.224,74

6 Créditos Convênios/Contratos

Refere à adiantamento do CONASS para execução da última parcela prevista em Carta Acordo (CAC) firmada com a OPAS, conforme previsão contratual assinada entre as partes, que posteriormente, após aprovação da prestação de contas final, será devolvido ao Conass pela OPAS. O registro no exercício de 2016 refere à adiantamento da CAC 04 já devolvida no exercício de 2017. O registro de 2017 refere à adiantamento da CAC 05 com previsão de devolução para o último trimestre de 2018

7 Despesas antecipadas

Registro de despesas com seguros apropriados mensalmente no decurso de sua vigência.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Seguros antecipados	547,04	0,00

8 Imobilizado e Intangível

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, estando composto da seguinte forma:

	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>
IMOBILIZADO	677.354,56	731.438,31
BENS EM OPERAÇÃO	1.522.336,16	1.473.392,16
EQUIPAMENTOS PARA PROCESSAMENTO DE DADOS	759.259,06	743.406,06
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	647.277,10	614.186,10
VEÍCULOS	115.800,00	115.800,00
(-) DEPRECIAÇÃO /AMORTIZAÇÃO /EXAUSTÃO ACUMULADA	(844.981,60)	(741.953,85)
(-) DEPREC. EQUIPAMENTOS P/PROCESSAMENTO DE DADOS	(576.202,67)	(536.883,62)
(-) DEPREC. MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(243.360,16)	(191.810,58)
(-) DEPREC. VEÍCULOS	(25.418,77)	(13.259,65)
 INTANGÍVEL	 34.019,46	 36.598,26
CUSTO	185.120,37	176.689,61
MARCAS	10.355,00	10.355,00
SOFTWARE OU PROGRAMAS DE COMPUTADOR	174.765,37	166.334,61
(-) AMORTIZAÇÕES	(151.100,91)	(140.091,35)
(-) SOFTWARE OU PROGRAMAS DE COMPUTADOR	(151.100,91)	(140.091,35)

NOTAS EXPLICATIVAS

9 Obrigações com empregados e provisões trabalhistas

Trata-se de obrigações de natureza salarial decorrente das relações contratuais com empregados, seus respectivos encargos sociais retidos em folha e provisões de férias, conforme descrito:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão de férias	681.402,27	633.441,85
Provisão INSS s/ férias	173.757,40	161.527,50
Provisão FGTS s/ férias	54.511,98	50.675,14
Provisão Pis s/ férias	6.814,01	6.334,45
Inss a Recolher	0,00	0,00
Fgts a Recolher	0,00	0,00
Total	916.485,66	851.978,94

10 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ISS s/ NF a recolher	0,00	404,12
INSS s/ NF a recolher	0,00	889,06
Cofins a Recolher	1.392,14	2.204,64
IRRF Retido	0,00	0,00
Pis a Recolher	0,00	0,00
Total	1.392,14	3.497,82

11 Convênios/Projetos em Execução

Refere a reconhecimento da obrigação de execução de projetos em decorrência de recursos de convênios/projetos já recebidos nas seguintes Cartas Acordo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CAC 3 – Gestão do Conhecimento	0,00	0,00
CAC 4 – Gestão do Conhecimento	0,00	97.850,17
CAC 5 – Gestão do Conhecimento	1.800.786,45	1.655.757,51
Total	1.800.786,45	1.753.607,68

No que refere a tal tema, importa registrar que o CONASS mantém Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde – MS e a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, no desenvolvimento das atividades do Projeto “Apoio ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde”, assinado no ano de 2010 por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 60 – TC 60 OPAS, com vigência que compreende o período de 28 de maio de 2010 a 27 de maio de 2020.

Para execução dos recursos constantes do Termo de Cooperação a OPAS dispõe de diferentes modalidades. Dentre elas, a mais utilizada pelo Conass é o instrumento “Carta Acordo”. Trata-se de instrumento destinado ao financiamento de um conjunto de atividades descritas em um projeto de cooperação técnica, acordado entre a

NOTAS EXPLICATIVAS

OPAS e o CONASS, podendo ser executado em, no máximo, vinte e quatro meses. Sua forma de repasse é realizada respeitando as seguintes regras:

A primeira parcela dos recursos destinados à execução do projeto de carta acordo é liberada após assinatura da carta acordo pelas partes;

As parcelas intermediárias são liberadas mediante recebimento e aprovação, pela OPAS/OMS, dos Relatórios Técnico e Financeiro parciais, demonstrando a utilização do equivalente a, no mínimo, 80% dos recursos da parcela anterior, acrescidos da rentabilidade financeira obtida (até a CAC4).

A última parcela, equivalente a, no mínimo, 10% do valor total da Carta Acordo, é liberada, a título de resarcimento, de acordo com o montante executado e comprovado, após aprovação final da prestação de contas financeira e do relatório técnico.

No período 2011/2018 foram executadas as seguintes Cartas Acordos que totalizaram em R\$ 21.914.000,00:

Carta Acordo	Status	Objeto	Vigência	Valor
01	Aprovada	Gestão do Conhecimento para apoio à direção estadual do SUS.	10/02/2011 a 20/11/2012	R\$ 3.914.000,00
02	Aprovada	Fortalecimento da Gestão Estadual do Sistema Único de Saúde – SUS	20/12/2011 a 08/01/2014	R\$ 4.000.000,00
03	Aprovada	Reflexões sobre a implantação do SUS e aprimoramento da sua gestão.	02/09/2013 a 02/09/2015	R\$ 5.000.000,00
04	Aprovada	Fortalecimento de três eixos da cooperação MS / OPAS / CONASS: Laboratórios de Inovação; Projeto CONASS-Debate e Apoio Técnico à Gestão Estadual do SUS.	12/01/2015 a 12/01/2017	R\$ 4.000.000,00
05	Em execução	Aprimoramento do CONASS para apoio técnico às Secretarias Estaduais de Saúde numa agenda de Eficiência da Gestão.	16/09/2016 à 14/09/2018	R\$ 5.000.000,00

Os registros contábeis dos recursos que referem às Cartas Acordos são realizados na conta do Ativo: “Bancos com movimentação restrita” e em contrapartida na conta do Passivo: “Convênios/Projetos a realizar”.

A execução financeira de cada exercício desses recursos segue registrada nas contas de Resultado: “Despesas com Restrições” em contrapartida com a conta “Receitas com Restrições”.

Tal apresentação obedece a estrutura estabelecida pela Instrução Técnica Geral 2002 – ITG 2002 para Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12.

Ainda, com relação às formas de execução do TC 60, há possibilidade de execução dos recursos relativos a esse Termo diretamente pela OPAS (nomenclatura considerada pelo Conass de “Execução Direta na OPAS”). O Conass apenas solicita, por meio de ofício, a contratação de serviços de pessoa física e a emissão de passagens e diárias. A OPAS, a partir do recebimento do ofício, viabiliza integralmente todo o processo, encerrando com o pagamento.

Durante as etapas do processo, não há qualquer tipo de informação à contraparte (CONASS), nem informações sobre valores pagos.

O saldo financeiro dos recursos executados diretamente pela OPAS são geridos e atualizados pela sede da OPAS em Washington, aplicados em dólar, utilizando a cotação ONU do período. A informação do saldo é repassada pela unidade técnica-administrativa em datas aleatórias, não havendo, portanto, extratos bancários e/ou documentos suportes comprobatórios. Por tal motivo, a “Execução Direta na OPAS” resta registrada nas Notas Explanatórias do CONASS.

NOTAS EXPLICATIVAS

Durante o exercício de 2017 foram executados diretamente na OPAS o valor de R\$1.568.471,00, sendo: R\$ 1.432.414,00 despesas com passagens e diárias e R\$ 136.057,00 despesas de consultoria técnica.

O controle das despesas com passagens e diárias está disponibilizado na Gerência Administrativa da Secretaria Executiva do Conass na forma de planilhas de solicitação de passagens e diárias, requisições de passagens, e-tickets comprobatórios de viagens, relatórios de viagens. O controle de contratos de consultoria técnica e respectivos produtos estão disponibilizados na Unidade de Gestão de Projetos.

Em consulta feita a OPAS, pela Unidade de Gestão de Projetos, em 02 de janeiro de 2018 o saldo do TC 60 era de R\$ 5.480.300,00. O relatório financeiro oficial foi solicitado a OPAS em fevereiro/18, porém ainda não foi disponibilizado pelo Escritório Central em Washington.

12 Patrimônio Social

O patrimônio social é constituído de acordo com o estatuto social da Entidade e pelos superávits /déficits apurados.

13 Receitas de Contribuições das SES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AC	274.203,48	255.810,72
AL	274.203,48	255.810,72
AM	329.044,32	306.972,96
AP	274.203,48	255.810,72
BA	767.769,84	716.270,04
CE	548.407,08	511.621,44
DF	548.407,08	511.621,44
ES	548.407,08	511.621,44
GO	329.044,32	306.972,96
MA	329.044,32	306.972,96
MG	767.769,84	716.270,04
MS	274.203,48	255.810,72
MT	329.044,32	306.972,96
PA	274.203,48	255.810,72
PB	329.044,32	306.972,96
PE	767.769,84	716.270,04
PI	329.044,32	306.972,96
PR	767.769,84	716.270,04
RJ	767.769,84	716.270,04
RN	274.203,48	255.810,72
RO	274.203,48	255.810,722
RR	204.648,60	204.648,60
RS	767.769,84	716.270,04
SC	548.407,08	511.621,44
SE	274.203,48	255.810,72
TO	274.203,48	255.810,72
SP	767.769,85	716.270,04
Total	12.214.763,05	11.409.158,88

NOTAS EXPLICATIVAS

14 Despesas com Restrição

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
14.1 – Despesas com Convênio/Projetos CAC 3		
(-) Consultoria PF	0,00	0,00
(-) Impostos e Taxas Diversas	0,00	0,00
(-) Inss s/Serviços PF	0,00	0,00
(-) IOF	0,00	0,00
(-) IRRF	0,00	21,77
(-) Jornais e Revistas	0,00	0,00
(-) Outros Serviços de Terceiro PJ	0,00	0,00
(-) Passagens	0,00	0,00
(-) Tarifa Bancária	0,00	0,00
Total:	0,00	21,77
14.2 – Despesas com Convênio/Projetos CAC 4		
(-) Consultoria PF	0,00	735.891,99
(-) Inss s/Serviços PF	0,00	147.178,40
(-) IRRF	1.259,44	8.151,88
(-) Outros Serviços de Terceiro PJ	19.368,60	781.279,52
(-) Passagens	0,00	840.297,75
(-) Tarifa Bancária	266,90	1.253,22
Total:	20.894,94	2.514.052,76
14.3 – Despesas com Convênio/Projetos CAC 5		
(-) Consultoria	730.363,00	0,00
(-) Diária	266.125,85	32.550,00
(-) INSS s/ RPA	146.072,60	0,00
(-) IRRF	15.019,76	0,00
(-) Outros Serviços de Terceiro PJ	560.223,10	13.186,00
(-) Passagens	701.135,79	51.406,69
(-) Tarifa Bancária	1.565,53	139,80
Total:	2.420.505,63	97.282,49

NOTAS EXPLICATIVAS

15 Despesas Financeiras

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Despesas Bancárias Diversas	4.159,38	1.879,53
IOF s/ Operações Financeiras	10.332,66	12.144,30
Juros Passivos	0,00	662,92
Total:	14.492,04	14.686,75

16 (-) Receitas Financeiras

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Receitas Financeiras</u>		
Descontos Obtidos	0,00	664,30
Receita de Aplicações Financeiras	489.862,14	716.393,91
Outras Receitas Financeiras	8.392,28	0,00
Total:	498.254,42	717.058,21

17 Despesas Tributárias

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Despesas Tributárias</u>		
Cofins sobre Outras Receitas	22.824,25	30.108,83
Impostos e Taxas Diversas	2.065,63	1.928,57
Impostos Federais	4.034,63	
Iptu	13.583,06	9.924,87
Ipva	3.352,64	1.460,77
IR s/ Aplicações Financeiras	58.675,26	86.841,13
Total:	104.535,47	130.264,17

18 Contratos Vigentes

O CONASS possui os seguintes contratos de serviços ainda em vigência:

NOTAS EXPLICATIVAS

CONTRATOS VIGENTES DE PESSOA FÍSICA

<u>Consultor</u>	<u>Contrato</u>	<u>Vigência</u>	<u>Fonte de Recurso</u>	<u>Valor do Contrato</u>	<u>Valor Pago 2017/2018</u>
LORE LAMB	035/2017	-	Próprio	52.000,00	-
LIDIA MARIA TONON	019/2016	-	Próprio	83.000,00	53.040,00
ROSANE DE LUCCA MAERSCHNER	021/2016	-	Próprio	78.000,00	46.800,00
WAGNER FULGÊNCIO ELIAS	018/2016	-	Próprio	83.000,00	50.960,00
MARIA CECILIA M. DOMÊNICO	020/2016	-	Próprio	78.000,00	30.160,00
PRISCILA R. RABELO LOPES	023/2016	-	Próprio	73.000,00	49.920,00
DIEGO GUEDES	025/2016	-	Próprio	30.000,00	8.320,00
MONICA HOLTZ CAVICHIOLI	026/2016	-	Próprio	30.000,00	7.280,00
HOMERO CLAUDIO ROCHA SOUZA	027/2016	-	Próprio	30.000,00	4.160,00
DEISE REGINA SPRADA PONTAROLLI	028/2016	-	Próprio	30.000,00	11.440,00
CLAUDIA BOSHECO MORETONI	029/2016	-	Próprio	30.000,00	6.240,00
SEVERINO AZEVEDO JUNIOR	001/2017	-	Próprio	72.000,00	46.800,00
SANDRA SPEROTO	002/2017	-	Próprio	72.000,00	41.600,00
MARTA BARRETO	003/2017	-	Próprio	122.000,00	73.840,00
SÔNIA SOUZA	004/2017	-	Próprio	72.000,00	39.520,00
ALZIRA GUIMARÃES	005/2017	-	Próprio	109.000,00	62.400,00
MARIA ÂNGELA CHAVES	006/2017	-	Próprio	72.000,00	39.520,00
ELIANE CHOMATAS	007/2017	-	Próprio	122.000,00	79.040,00
CARMEM CEMIRES	008/2017	-	Próprio	72.000,00	48.880,00
ADEMILDE ANDRADE	009/2017	-	Próprio	116.000,00	69.680,00
REGINA MÁRCIA BOLIS MEIRE	011/2017	-	Próprio	52.000,00	20.800,00
ANA PAULA OLIVA REIS	012/2017	-	Próprio	52.000,00	3.120,00
ANA ANGELICA ROCHA	013/2017	-	Próprio	116.000,00	79.040,00
DENIZE SILVA	014/2017	-	Próprio	72.000,00	20.800,00
ANA MARIA CAVALCANTE	015/2017	-	Próprio	72.000,00	2.080,00
JANE MONTEIRO NEVES	016/2017	-	Próprio	72.000,00	3.120,00
MARIA ZÉLIA LINS	017/2017	-	Próprio	72.000,00	53.040,00
CARLA PINTAS MARQUES	018/2017	-	Próprio	92.000,00	47.840,00
CLEIDE APARECIDA DE OLIVEIRA	019/2017	-	Próprio	72.000,00	19.760,00
LEANE DE CARVALHO MACHADO	020/2017	-	Próprio	72.000,00	49.920,00
VILALBA CARLOS LIMA MARTINS	021/2017	-	Próprio	72.000,00	12.480,00
EDGAR NUNES DE MORAES	032/2017	-	OPAS-CAC5	70.000,00	16.000,00
MARCO A. BRAGANÇA DE MATOS	001/2018	-	OPAS-CAC5	56.000,00	0,00
RUBIA PEREIRA BARRA	002/2018	-	OPAS-CAC5	56.000,00	0,00
EUGÊNIO VILAÇA MENDES	003/2018	-	OPAS-CAC5	140.144,00	35.040,00

CONTRATOS VIGENTES DE PESSOA JURÍDICA

<u>Razão Social</u>	<u>Vigência</u>	<u>Fonte de Recurso</u>	<u>Tipo de Contrato</u>
AÇÃO CONSULTORIA E EMPR. IMOBILIÁRIOS LTDA.	Até 28/02/2019	Contribuições das SES	Serviço Continuado
AGENDA CONTÁBIL S/S	Indeterminado	Contribuições das SES	Serviço Continuado
APOIO PROD. E TELEMARKETING - LAG	Até 11/08/2018	Contribuições das SES	Serviço Continuado
AVAL EMPRESA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	Até 11/08/2018	Contribuições das SES	Serviço Continuado
CAIXA DE PREVIDÊNCIA - PREVI (ALUGUEL SEDE)	Até 30/06/2024	Contribuições das SES	Serviço Continuado
CLOUD TECH INFORMÁTICA LTDA	Até 02/02/2019	Contribuições das SES	Serviço Continuado

NOTAS EXPLICATIVAS

DITZ SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Até 31/05/2018	Contribuições das SES	Serviço Continuado
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	Até 27/06/2027	Contribuições das SES	Serviço Continuado
ESFERA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMERCIO – ASTEC	Até 19/09/2018	Contribuições das SES	Serviço Continuado
ESFERA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMERCIO – MS	Até 18/10/2018	Contribuição das SES	Serviço Continuado
ESFERA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E COMERCIO – SEDE	Até 09/11/2018	Contribuição das SES	Serviço Continuado
EMBRATEL - ALUGUEL DE EQUIPAMENTO - INN	Indeterminado	Contribuições das SES	Serviço Continuado
EMBRATEL – PRIMELINK	Indeterminado	Contribuições das SES	Serviço Continuado
EMBRATEL - REDE ÚNICA DE VOZ	Indeterminado	Contribuições das SES	Serviço Continuado
GVT - GLOBAL VILLAGE TELECOM	Indeterminado	Contribuições das SES	Serviço Continuado
L. A VIAGENS E TURISMO	Até 16/12/2018	Contribuições das SES e OPAS CAC	Serviço Continuado
MASTER EMPREENDIMENTOS - MASTER PARK	Indeterminado	Contribuições das SES	Serviço Continuado
MULTI LIFE MEDICINA E ENGENHARIA DO TRABALHO LTDA.	Até 02/05/2018	Contribuições das SES	Serviço Continuado
OTTO HENRIQUE TAQUARY ME – LAVA JATO BOX 40	Até 16/03/2018	Contribuições das SES	Serviço Continuado
POSTO DISBRAVE IMPERIAL LTDA	Indeterminado	Contribuições das SES	Serviço Continuado
TOTVS S/A - Suporte	Indeterminado	Contribuições das SES	Serviço Continuado
VIVO - SERVIÇO MÓVEL CELULAR	Indeterminado	Contribuições das SES	Serviço Continuado
ABSOLUTE COMUNICAÇÃO E COMERCIO LTDA	Até 31/12/2018	OPAS-CAC5	Serviço Demanda
BRASILIA SERVIÇOS DE DEGRAVAÇÕES E TRANSP LTDA	Até 20/03/2018	OPAS-CAC5	Serviço Demanda
CARMEM CECILIA CAMATARI CAMATARI	Até 01/03/2018	OPAS-CAC5	Serviço Demanda
CENTRO EMPRESARIAL PARQUE CIDADE	Até 31/12/2018	Contribuições das SES e OPAS CAC	Serviço Demanda
DATASON LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS	Até 26/12/2018	Contribuições das SES e OPAS CAC	Serviço Demanda
FAL ALIMENTAÇÃO E EVENTOS LTDA EPP	Até 27/12/2018	Contribuições das SES e OPAS CAC	Serviço Demanda
GRAFICA E EDITORA POSITIVA	Até 28/03/2018	OPAS – CAC 5	Serviço Demanda
MRP AUDITORIA E CONSULTORIA S/S	Até 01/04/2018	Contribuições das SES	Serviço Demanda
SABOR GLACÊ PARQUE CORPORATE LTDA	Até 31/12/2018	Contribuições das SES	Serviço Demanda

19 Cobertura de Seguros

O CONASS adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.


CONASS – Conselho Nac. de Secretários de Saúde
Michele Caputo Neto
CPF: 570.893.709-25


Agenda Contábil Ltda.
CNPJ-MF 00.666.735/0001-59
CRC-DF 310
Elias Levi da Paixão Junior
Contador
CRC-DF 14.781
CNAI - 2961



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Administradores e Conselheiros,
CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho Nacional de Secretários de Saúde ("Conass"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho Nacional de Secretários de Saúde em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Fins Lucrativos".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao CONASS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditória dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Conselho Nacional de Secretários de Saúde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 20 de fevereiro de 2017 com opinião sem ressalvas.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o CONASS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o CONASS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do CONASS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do CONASS.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do CONASS. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao CONASS a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 01 de março de 2018.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4

Ricardo da Silva Barros Passos
Contador CRC DF-015504/O-2